

**COMISSÃO MISTA DESTINADA A APRECIAR A MEDIDA  
PROVISÓRIA Nº 851, de 2018**

**MEDIDA PROVISÓRIA 851, DE 2018**

Autoriza a administração pública a  
firmar instrumentos de parceria e  
termos de execução de programas,  
projetos e demais finalidades de  
interesse público com organizações  
gestoras de fundos patrimoniais e dá  
outras providências.

**Emenda nº**

Dê-se ao parágrafo único do art.2º, da Medida Provisória nº 851/2018 a  
seguinte redação:

“Art.2º.....

.....

Parágrafo único. As fundações de apoio de que trata a Lei nº 8.958, de  
20 de dezembro de 1994, poderão atuar como organização gestora de fundo  
patrimonial, desde que as doações sejam geridas e destinadas em  
conformidade com esta Lei.

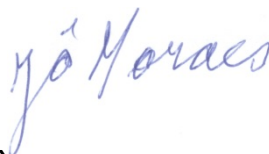


## JUSTIFICAÇÃO

As Fundações de Apoio são instituições de direito privado, as quais integram o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação do País. Atualmente existem 98 Fundações de Apoio credenciadas no CONFIES – Conselho Nacional das Fundações de Apoio as Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica. Esse credenciamento pelo MEC e MCTI obriga essas Fundações a serem fiscalizadas também pelos órgãos superiores da universidade apoiada e a prestação de contas regular aos dois Ministérios.

A qualificação técnica da aplicação e gestão dos recursos dos fundos patrimoniais se enquadra dentre as funções que podem ser desempenhadas pelas fundações e apoio, até mesmo porque possuem comprovada capacidade e experiência na gestão, mobilização e capacitação de pessoal especializado para promover o correto gerenciamento dos recursos do fundo.

Sala das comissões, 17 de setembro de 2018.



**JÔ MORAES**

**Deputada Federal – PCdoB**



CD/18117.07725-91